

As operações interagências na Copa do Mundo de 2014 no Recife

*Wilson da Rosa Campos**

1. Introdução

A Constituição Federal (BRASIL, 1988) elenca, no seu Art. 142, as atribuições constitucionais das Forças Armadas. Dentre elas, a que tem ocorrido de forma recorrente é a participação das Forças Armadas em operações de garantia da lei e da ordem (GLO), dentro de um quadro de operações conjuntas (Op Cj) institucionais com órgãos governamentais bem como organizações não governamentais e privadas.

Dentre estas atividades, destacam-se os grandes eventos ocorridos recentemente no país, nos quais a participação das Forças Armadas, em especial o Exército, ocorreu em um quadro de ambiente interagências, em que foram desencadeadas missões específicas ou mesmo convergentes, suscitando a necessidade de ligação e coordenação, para evitar sobreposição ou até mesmo prejuízos às atividades.

Um desses grandes eventos foi a Copa do Mundo de Futebol de 2014, que obteve a atenção de todos os rincões do planeta. A Copa foi realizada com jogos distribuídos em 13 sedes por todo o país. As atividades de defesa e segurança referentes àquele grande evento foram desenvolvidas, respectivamente, pelo Ministério

da Defesa (MD) e pelo Ministério da Justiça (MJ), que criaram estruturas de coordenação e controle para coordenar todas as atividades. No que tange ao MD, foram criados os centros de coordenação de defesa de área (CCDA) e no MJ, os centros integrados de coordenação e controle regionais (CICCR).

2. Desenvolvimento

2.1 O ambiente operacional e o ambiente interagências

O ambiente operacional global vem sofrendo constantes e grandes alterações devido a estarmos vivendo a “Era do Conhecimento”, na qual a tecnologia cada vez mais avançada encurta distâncias e proporciona que todos ao redor do mundo acompanhem fatos de forma imediata, praticamente como se estivessem presentes no próprio local, assistindo a tais evoluções.

Apesar de toda essa evolução social e tecnológica, a violência não desapareceu do dia a dia das pessoas, das sociedades e muito menos dos estados, uma vez que, a cada dia, se verifica a eclosão ou recrudescimento de novas tensões e conflitos.

As evoluções dos combates os levaram para dentro das cidades e, por muitas vezes,

* Maj Cav (AMAN/97, EsAO/05, ECEME/16).

sem a evacuação de civis, dificultando sobremaneira as ações, uma vez que dificulta a identificação dos oponentes bem como aumenta a possibilidade de ocorrerem efeitos colaterais indesejados.

Nesse contexto, conforme descreve o manual do Exército EB20-MC-10.201 Operações em Ambiente Interagências, os conflitos apresentam as seguintes características:

- achatamento dos níveis decisórios, colocando mais próximos o político do tático;
- profusão de capacidades tecnológicas relevantes entre os beligerantes, estatais e não estatais;
- dificuldade de definição de linhas de contato entre os beligerantes;
- tendência de os confrontos se prolongarem ao longo do tempo;
- presença da mídia instantânea no espaço de batalha, influenciando de forma prevalente as decisões políticas;
- valorização das questões humanitárias e do meio ambiente;
- baixa aceitação junto à opinião pública (nacional e internacional) de soluções das diferenças entre os povos pelo emprego da força;
- exacerbação da defesa de minorias;
- presença de organizações não governamentais (ONG) nos conflitos;
- utilização da informação como arma, afetando diretamente o poder de combate dos beligerantes;
- consciência de que forças militares não solucionam as causas da guerra;
- relevância do papel da população no destino dos conflitos;

- prevalência dos combates urbanos com a presença de civis, contra civis e em defesa de civis; e
- dificuldade de caracterizar o oponente no seio da população. (BRASIL, 2013, p. 2-1).

Nesse contexto, o planejamento e a execução de operações militares em ambiente interagências crescem de importância na medida em que a Força Terrestre é chamada para cumprir suas missões constitucionais e regulamentadas em diversas leis, decretos e portarias que tratam do assunto.

2.2 Operações interagências

Segundo o manual do Ministério da Defesa MD33-M-12, operação interagência é a

interação das Forças Armadas com outras agências com a finalidade de conciliar interesses e coordenar esforços para a consecução de objetivos ou propósitos convergentes que atendam ao bem comum, evitando a duplicidade de ações, a dispersão de recursos e a divergência de soluções com eficiência, eficácia, efetividade e menores custos. (BRASIL, 2012, p.14).

Segundo o manual do Exército EB20-MC-10.201, entendem-se por agências as

organizações, instituições e entidades, governamentais ou não, civis ou militares, públicas ou privadas, nacionais ou estrangeiras, fundamentadas em instrumentos legais e/ou normativos, que têm competências específicas e que exerçam alguma interferência, possuam interesse ou possam ser instrumentos, atores ou partes na prevenção de ameaças, no gerenciamento

to de crises e/ou na solução de conflitos (BRASIL, 2013, p.1-2).

A aproximação anterior com as agências e o completo entendimento de seu funcionamento, modo operacional e cultura organizacional devem ser buscados para facilitar a interação na execução das atividades, tendo sempre em mente a cooperação para se atingir plenamente o objeto imposto.

O ambiente interagência se reveste de diversas condicionantes que devem ser levadas em conta desde antes do recebimento da missão e devem permanecer no seu planejamento, execução e pós-ação, como prescreve o MD33-M-12:

- Especial cuidado em relação ao fator opinião pública.
 - Embora exista um comando militar designado, não há assunção do controle operacional sobre as outras agências, mas sim a coordenação das tarefas, a fim de possibilitar um melhor desempenho dos meios militares e civis empregados.
 - Combinam esforços políticos, militares, econômicos, ambientais, humanitários, sociais, científicos e tecnológicos.
 - Prevê o intercâmbio de informações entre as diversas agências, conferindo sinergia, confiança e agilidade às operações.
 - Ambiente operacional menos estruturado e mais interdependente.
 - Influência de atores não oficiais e de indivíduos sobre as operações.
- Possibilidade da presença de organizações não governamentais (ONG) e de empresas privadas.
 - Necessidade de capacitação dos efetivos militares para operar em cooperação com agências.
 - Complexidade de ações, que exigem dos militares conhecimentos dos conceitos, das características e das missões dos parceiros interagências e saibam conduzir atividades de assuntos civis, a fim de atuarem de modo integrado e sintonizado com o objetivo da missão. (BRASIL, 2012, p.14).

Esse tipo de operação carece da observância de diversas medidas de coordenação e cooperação, visto que, pela definição do MD, as Forças Armadas assumem o comando operacional dos órgãos e agentes participantes, porém não se caracteriza a situação de controle operacional, que subordina as supracitadas a uma cadeia hierarquizada de cumprimento de ordens. Todas essas condicionantes anteriormente citadas, refletem a importância de se manter este estudo sempre em foco.

2.3 O Centro Integrado de Comando e Controle Regional do Recife/PE

Para controlar todas as ações ligadas à Copa, seria necessário criar uma estrutura capaz de coordenar e somar esforços dos diversos participantes estatais e não estatais envolvidos, direta ou indiretamente, nas questões de segurança durante o evento, não se resumindo tão somente aos jogos em si, mas a tudo que tivesse relação com

o seu desenrolar, como segurança de delegações, de autoridades, portos, aeroportos, hotéis, entre outras.

Por meio do Decreto nº 7.538, de 1º de agosto de 2011, foi criada a Secretaria Extraordinária de Segurança para Grandes Eventos (SESGE), órgão do Ministério da Justiça, com o propósito de planejar, definir, coordenar, implementar, acompanhar e avaliar as ações de segurança pública para os grandes eventos, com destaque para a Copa das Confederações da FIFA Brasil 2013, a Copa do Mundo da FIFA Brasil 2014, além de outros eventos designados pela Presidência da República.

No âmbito federal, a SESGE coordenou as ações e promoveu a integração da Polícia Federal, da Polícia Rodoviária Federal, da Força Nacional de Segurança Pública e da Receita Federal bem como articulou com o Ministério da Defesa a participação das Forças Armadas em questões específicas, tais como a segurança estratégica da infraestrutura crítica e do espaço cibernético e, com o Gabinete de Segurança Institucional (GSI), a atuação da ABIN nas atividades de inteligência.

No âmbito estadual e municipal, a SESGE, em parceria com as secretarias de segurança/defesa social, promoveu a integração das ações dos diversos órgãos, tanto nas questões operacionais como nas ações de inteligência.

No âmbito privado, através de parceria com a Gerência Geral de Segurança do Comitê Organizador da Copa do Mundo FIFA Brasil 2014, que é a responsável pela segurança privada nos perímetros privados dos locais de interesse, ou seja, perímetro

externo e interno dos estádios, escritórios da FIFA, hotéis das seleções e da família FIFA, campos oficiais de treinamento e centro de treinamento de seleções. Se, por qualquer motivo, a segurança no interior de um estádio ou outro local sob a responsabilidade da FIFA não for garantida por essa entidade, as autoridades públicas de segurança assumirão e avocarão a responsabilidade e o controle dessas áreas.

A SESGE criou o conceito de segurança estratégica, que é caracterizada pelo somatório da “segurança do espaço” e a “proteção das infraestruturas críticas”. Segurança do espaço entenda-se pela segurança aérea, terrestre, marítima e cibernética, que caberá, principalmente, às Forças Armadas, e a proteção das infraestruturas permeia, além das Forças Armadas, diversos outros órgãos de segurança pública, bem como diversas outras agências. Com relação às funções das Forças Armadas, serão abordadas no capítulo seguinte sobre o Centro de Coordenação de Defesa de Área (CCDA).

Para exercer a coordenação entre todas estas agências e órgãos envolvidos, foram pensados e instituídos, com base em conceitos militares, os centros integrados de comando e controle (CICC). Esses centros seguem um modelo de estratificação de comando em cadeia, tendo como base três pilares: autoridade, processos e estrutura.

O planejamento estratégico da SESGE preconiza que:

Esses Centros terão a finalidade de proporcionar uma imagem fiel e em tempo real do panorama local e global dos eventos e dos recursos envolvidos nas operações e incidentes relacionados à segurança

pública, à defesa civil, à segurança privada e à mobilidade urbana, a fim de embasar a tomada de decisão por parte das instituições. (BRASIL, 2012, pg. 34/63)

Dessa forma, os CICC visam fornecer o máximo de informações aos escalões decisórios que possuem responsabilidades na realização dos grandes eventos.

Na realização da Copa do Mundo, foi montado um CICC nacional (CICCN), sediado em Brasília, e mais 12 CICC regionais (CICCR), um em cada cidade sede dos jogos, de forma a manter o sistema em constante funcionamento e interligado.

O CICC é a coluna cervical da segurança pública para grandes eventos, integrando toda a parte operacional, tecnológica e de inteligência, seja em nível internacional, nacional, regional ou local.

O CICCN deve contar com representantes das seguintes instituições/órgãos/agências: SESGE, Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal, Força Nacional de Segurança Pública, Agência Brasileira de Inteligência, Forças Armadas, representantes das Secretarias Estaduais e Municipais de Segurança Pública, Agência Nacional de Águas, Agência Nacional de Telecomunicações, Agência Nacional de Energia Elétrica, Comissão Nacional de Energia Nuclear, entre outros.

Conforme preconizou o planejamento estratégico da SESGE:

O Centro Nacional terá uma visão global das operações, de forma a: integrar os Centros de Operações Estaduais; visualizar, em tempo real, os acontecimentos de emergência, em âmbito nacional; gerar informações centralizadas das operações; gerar relatórios de âmbito nacional ime-

diatos; implantar equipamentos de alta tecnologia para aumentar a exatidão das informações e melhorar a qualidade dos procedimentos operacionais; permitir o levantamento dos registros criminais; permitir o levantamento dos incidentes policiais (atendimentos sociais, denúncias etc.); permitir múltiplas análises isoladas e combinadas (dias, horas, dias da semana, locais, tipos de pessoas envolvidas etc.) e permitir a perfeita compreensão das ameaças e rotinas. Todas essas medidas objetivam instrumentalizar o planejamento e racionalizar o emprego de recursos nas respostas aos diversos incidentes que possam vir a ocorrer. (BRASIL, 2012, pg. 36/63)

Dentro dos CICCR, devem ser alocadas estruturas similares à do CICCN, de forma que se possa integralizar e coordenar as ações em todas as esferas de responsabilidade daquele órgão.

No caso específico do CICCR do Recife/PE, o mesmo foi organizado com representantes de diversas instituições/órgãos/agências. A coordenação geral coube à Polícia Federal, com a designação de um delegado federal para chefiar essa coordenação.

A célula operacional ficou a cargo da Secretaria de Defesa Social de Pernambuco (SDS/PE), cabendo à Polícia Militar a designação de um oficial superior para chefia de tal estrutura.

A célula de inteligência ficou a cargo também da SDS/PE, cabendo à Polícia Civil a designação de um delegado para essa chefia.

2.3.1 Célula Operacional do CICCR

A célula operacional do CICCR é a estrutura principal do centro, onde se realizam a coordenação e a integração dos diversos ór-

gãos, instituições ou agências, em tempo real e de forma ininterrupta, 24 horas por dia, até o momento de desativação do CICCR.

O CICCR/Recife foi inaugurado em junho de 2013, com o objetivo de ser testado durante as atividades da Copa das Confederações ocorrida naquele ano. Naquela ocasião, duas carretas com equipamentos de alta tecnologia foram entregues na sede do centro, de forma a mobiliar suas estruturas físicas. Também foram entregues na mesma data um robô antibomba, um imageador térmico — que foi instalado no helicóptero do Grupamento Tático Aéreo da SDS — e uma plataforma de observação elevada, para possibilitar o comando no monitoramento de áreas com multidão.

Para as atividades da Copa do Mundo FIFA 2014, o CICCR/Recife teve suas atividades iniciadas no dia 29 de abril de 2014, com um exercício simulado de mesa, visando aperfeiçoar procedimentos de todos os envolvidos na referida atividade. Durante a simulação, que reuniu mais de 30 instituições, situações hipotéticas foram simuladas e amplamente discutidas pelos participantes, possibilitando que diversos procedimentos fossem aperfeiçoados.

O exercício transcorreu de forma objetiva e se tornou uma importante ferramenta na elaboração de um protocolo único, integrado, possibilitando que cada instituição soubesse detalhadamente as suas missões bem como quem gerenciaria cada incidente ocorrido. Com isso, buscou-se aperfeiçoar e diminuir o tempo de resposta nos incidentes que surgissem.

As principais estruturas da célula operacional do CICCR estão representadas na **Figura 1**.



Figura 1 – Célula Operacional do CICCR/Recife
Fonte: *Folha de Pernambuco* (2014)

2.3.1.1 Forças Armadas

Na Copa do Mundo, as Forças Armadas ficaram responsáveis pelo “eixo defesa”, que será mais detalhado quando for abordado o Centro de Coordenação de Defesa de Área.

Além das missões já impostas no eixo defesa, as Forças Armadas também deveriam ficar em condições de assumir as funções das polícias Federal e Militar, bem como as funções de segurança dos estádios em caso de contingência, no caso de ocorrerem problemas na convocação/operação dos seguranças privados (“*stewards*”).

Para manter uma constante integração entre o CICCR e as Forças Armadas, foram designados oficiais de ligação (O Lig) para compor a célula operativa do CICCR.

2.3.1.2 Polícia Federal (PF)

Além das atribuições constitucionais, coube à PF o acesso ao sistema I24/7, da Polícia Criminal Internacional – INTERPOL, que centraliza a difusão de informações criminais emitidas por 188 países. Esses dados são úteis para a identificação de procurados

internacionais, desaparecidos, veículos subtraídos ou de pessoas cuja presença no território brasileiro seja indesejável.

Coube também à Polícia Federal a fiscalização dos seguranças que atuaram nos hotéis das delegações, nos centros de treinamentos (CT) e também dentro e fora dos estádios dos jogos. Nessa fiscalização, foram verificadas as digitais dos seguranças e vigilantes previamente cadastrados, além de aferidas as comprovações de conclusão de curso de extensão de segurança ou vigilante para grandes eventos.

Teve também como missões a coordenação da varredura, vistoria e contramedidas antibombas — realizadas em conjunto com a Companhia de Defesa Química, Biológica, Radiológica e Nuclear (Cia DQBRN), do Exército — e a coordenação de operações especiais da Polícia Federal, para análise e tratamento de eventuais ocorrências de competência da PF, sendo realizada em estreita coordenação com a célula antiterror do CCDA.

O Departamento de Polícia Federal (DPF) também manteve agentes 24 horas de plantão no centro operacional, em condições de participar de qualquer eventualidade.

2.3.1.3 Polícia Rodoviária Federal (PRF)

Além da atribuição constitucional, coube à PRF realizar o patrulhamento das estradas federais e das vias laterais que compunham a faixa de domínio da União. Assim, os deslocamentos de dirigentes da FIFA, árbitros, delegações esportivas e autoridades brasileiras e estrangeiras feitos por essas vias ficaram sob responsabilidade da PRF, cabendo a esta a realização das escoltas nesses trechos.

2.3.1.4 Secretaria de Defesa Social (SDS)

Além de designar o coordenador da Célula de Operações do CICCR, coube à SDS coordenar e operacionalizar as seguintes atividades no âmbito do CICCR: promoveu ambiente propício e seguro nas vias de deslocamentos (mobilidade urbana), no exterior e imediações dos estádios; realizou segurança aproximada e a proteção das equipes esportivas com uso de batedores; realizou ações de policiamento ostensivo a pé, montado e motorizado, com os policiais militares cobrindo a área externa e interna dos estádios (nesse último caso, atuando como força de pronta resposta); realizou ações de repressão à comercialização de produtos pirateados e à atuação de cambistas durante o evento esportivo; promoveu ações preventivas, inspecionando as instalações e estruturas montadas no local, conforme Código Estadual de Segurança Contra Incêndio, Explosão, Pânico e Desastres; aperfeiçoou o emprego de pessoal, material e viaturas no atendimento preventivo ou em ocorrências reais de prestação de socorro pelo Corpo de Bombeiros Militares; realizou ações de primeiros socorros; realizou o combate a incêndio e salvamento a eventuais incidentes.

Como engloba a Polícia Militar, o Corpo de Bombeiros Militar, a Polícia Civil, a Polícia Técnica e a Defesa Civil, entre outros, a participação da SDS na célula operacional do CICCR foi de suma importância bem como teve grande quantidade de participantes, tendo em torno de 50% (cinquenta por cento) do efetivo da referida estrutura.

2.3.1.5 Outras instituições, órgãos e agências

Diversas outras instituições, órgãos e agências fizeram-se representar na célula operacional do CICCRR, contribuindo sobremaneira para o sucesso alcançado na referida atividade: Agência Brasileira de Inteligência (ABIN), Secretaria Estadual de Saúde de Pernambuco, Companhia Pernambucana de Saneamento (COMPESA), Companhia Energética de Pernambuco (CELPE), Secretaria de Saúde da Prefeitura do Recife, Guarda Municipal do Recife (GMR), Companhia de Trânsito e Transporte Urbano do Recife (CTTU), Consórcio de Transportes Urbanos Grande Recife, entre outras.

2.3.2 Célula de Inteligência do CICCRR

A Célula de Inteligência integrou a estrutura orgânica do CICCRR com o objetivo de assessorar e subsidiar a Coordenação do Centro e os demais órgãos da SDS, realizando Operações de Inteligência para identificação e neutralização de ações adversas que causassem influência e interferência nas áreas de interesse operacional e áreas impactadas pela Copa do Mundo FIFA 2014.

Teve integrantes das seguintes instituições/órgãos/agências em sua composição: SESGE, Exército Brasileiro, Polícia Federal,

Polícia Rodoviária Federal, Polícia Militar, Corpo de Bombeiros Militar, Polícia Civil, Divisão de Inteligência/SDS e Secretaria Executiva de Ressocialização (SERES).

2.4 O Centro de Coordenação de Defesa de Área do Recife

A Portaria nº 2.221, de 20 de agosto de 2012, do MD, estabeleceu procedimentos determinados pela Presidência da República para atuação das Forças Armadas em grandes eventos. As diretrizes nortearam a participação dessas instituições na Jornada Mundial da Juventude e na Copa das Confederações, no ano de 2013, na Copa do Mundo de 2014 e, no prosseguimento, nos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016.

As missões afetas às Forças Armadas ficaram definidas pelo Plano Geral de Segurança para a Copa do Mundo 2014, editado pela SESGE, e estão resumidas na **Figura 2**.



Figura 2 – Eixos de atuação da segurança

Fonte: palestra do Gen De Nardi, chefe do Estado-Maior Conjunto na ECEME (2014)

Dessa forma, as unidades militares das Forças Armadas (Exército, Marinha e Aeronáutica), sob a coordenação do Ministério da Defesa, atuaram no amplo espectro, cumprindo missões no eixo de defesa da matriz de segurança da Copa, em articulação/cooperação com as organizações de segurança pública e, de forma emergencial, em ação delimitada e temporária, com a assunção do controle operacional das organizações de segurança pública.

Nas atividades complementares e de apoio à segurança pública nas cidades-sede dos jogos, as Forças Armadas coordenaram as vistorias para prevenção de ataques químicos, biológicos, radiológicos e nucleares; os grupos táticos para emprego em situações de contraterrorismo nos estádios; as atividades de escoltas de autoridades e clientes da FIFA constantes na relação de privilégios para tal finalidade em todos os deslocamentos.

Para atender suas missões, o Ministério da Defesa distribuiu o efetivo das Forças Armadas em 12 comandos militares, denominados Centros de Coordenação de Defesa de Área (CCDA), estruturados nas cidades-sede, e atuaram de forma integrada e coordenada com as forças de segurança pública em operações, dando garantia de segurança às atividades da Copa.

Na cidade do Recife, o CCDA foi estruturado no Quartel-General do Comando da 7ª Região Militar – 7ª Divisão de Exército (7ª RM – 7ª DE), sendo designado como coordenador de Defesa de Área o próprio comandante da 7ª RM – 7ª DE.

Coube ao CCDA/Recife — em coordenação com as demais Forças Singulares, com os órgãos de segurança pública e com todas

as agências envolvidas — planejar, capacitar, coordenar e executar as ações nas áreas de defesa aeroespacial; de controle do espaço aéreo; de defesa de área marítima, fluvial e portuária; de segurança e defesa cibernética; de preparo e emprego; de comando e controle; de contraterrorismo; de fiscalização de explosivos e produtos correlatos; de monitoramento (situação de normalidade) ou coordenação (situação de GLO) dos planejamentos e execução de escoltas; de força de contingência; de defesa contra agentes qbrn; de inteligência; de proteção de estruturas estratégicas relacionadas ao evento; de prevenção e controle de danos provocados por acidentes naturais; bem como de emprego de helicópteros, na cidade-sede do Recife-PE e em Maceió-AL, no período de 23 de maio a 18 de julho de 2014 (Período exclusivo FIFA).

Como o CCDA foi composto por diversas instituições/órgãos/agências, o coordenador houve por bem estruturá-lo como estado-maior conjunto (EMCj), de forma a melhor coordenar as ações e informações advindas de todos os atores presentes.

A célula de operações, coordenada pelo oficial de operações (D3), possuía em sua estrutura todos os O Lig das demais Forças Singulares, bem como O Lig da PF e PRF, além de O Lig Artilharia Antiaérea, DQBRN, Aviação do Exército e das Forças de Contingências (FOCON) e tropas diretamente subordinadas ao CDA.

Foram consideradas como de alta relevância as seguintes informações a serem buscadas pelos O Lig nos demais órgãos: ocorrências policiais com explosivos em Recife e Maceió; chegada e efetivo das delegações;

presença de dignitários e o grau de risco afetos aos mesmos; composição e necessidade de escoltas; saída das delegações dos hotéis; programas oficiais da FIFA como reuniões, coletivas de imprensa, saídas da arena, chegadas e saídas dos hotéis, entre outras julgadas necessárias para a segurança do evento.

3. CONCLUSÃO

3.1 A interação entre os centros – lições aprendidas

3.1.1 Inteligência

A designação de um oficial de ligação do CCDA na Célula de Inteligência Operacional (CIO/CICCR) foi um fator multiplicador do esforço de busca, haja vista as ligações institucionais propiciadas por aquele Centro de Inteligência. A CIO/CICCR remetia, diariamente, seus relatórios regionais, nacionais (produzidos pelo CIN/BRASÍLIA), e documentos afetos ao grande evento expedidos por outras agências, como exemplo: previsão de voos das delegações, de escoltas e a agenda das delegações.

Cabe destacar que a CIO/CICCR concentrava a maior capilaridade nas operações de inteligência na cidade do RECIFE/PE. O chefe da CIO compunha a mesa do “Gabinete de Gestão de Crise” do CICCR, o que permitia um amplo contato institucional tendo em vista a participação de diversos órgãos.

O ponto forte dessa atuação conjunta foi o assessoramento ao CCDA proporcionado pelo O Lig junto à CIO/CICCR, que em muito auxiliou o CDA nas tomadas de decisão, em função do monitoramento e da chegada das informações em tempo real so-

bre as atividades desenvolvidas, bem como na consciência situacional proporcionada.

Como oportunidade de melhoria, poder-se-ia buscar que a célula de inteligência do CCDA tivesse acesso ao banco de dados sobre pessoas procuradas pela Polícia Criminal Internacional (Sistema I24/7 – INTERPOL) — em especial terroristas —, mesmo que esse acesso fosse concedido por tempo limitado durante a operação, buscando otimizar a coordenação na área de inteligência voltada para as ações antiterror e contraterror.

3.1.2 Comando e controle

O comando e controle (C2) é uma ferramenta essencial a qualquer tipo de operação, seja ela militar ou não. É por meio do C2 que o comando ou a coordenação detecta um incidente/problema, decide como solucioná-lo e divulga sua decisão aos órgãos executores. Porém, o termo C2 leva de imediato a uma idéia de hierarquia, não muito funcional para um ambiente interagências.

Deve-se registrar que, nas ações em ambiente interagências, o termo C2 será mais bem designado por “coordenação”, uma vez que nem sempre se tem uma estrutura hierarquizada das ordens e diretrizes expedidas.

Segundo o Manual de Operações em Ambiente Interagências (BRASIL, 2013, p. 6-3), coordenação é o ato ou o efeito de conciliar interesses e conjugar esforços (grifo nosso) para a consecução de um objetivo comum. Ela evita duplicidade de ações, dispersão de recursos e divergência de soluções. Além disso, ela otimiza resultados e aumenta a eficácia das ações.

Buscar a colaboração com as partes interessadas é uma solução mais adequada do que a centrada em um sistema de C2 tipicamente militar. No entanto, algumas das técnicas, processos, e sistemas de C2 militares podem facilitar a “ação unificada”. (BRASIL, 2013.p 5-1)

Verifica-se então a importância da integração dos sistemas de comunicações e transmissão de informações entre todos os órgãos/agências/instituições envolvidos.

O trabalho do Estado-Maior Conjunto, efetivamente realizado em um mesmo ambiente (CCDA/CICCR), facilitou sobremaneira a integração dos trabalhos.

Como oportunidade de melhoria, sugere-se que os oficiais de ligação oriundos de outras Forças Armadas ou dos diversos órgãos/agências/instituições deveriam apresentar-se ao CCDA na mesma data dos meios orgânicos do Exército bem como os oficiais de ligação do CCDA deveriam apresentar-se no CICCR na abertura dos seus trabalhos, a fim de facilitar os planejamentos conjuntos e maximizar a integração o mais cedo possível.

3.1.2.1 Meios e sistemas utilizados

O Ministério da Defesa contratou um *link* de fibra óptica de 10MB para que a Rede Operacional de Defesa (ROD) chegasse ao 5º Centro de Telemática de Área (CTA). A partir do 5º CTA, o sinal foi distribuído, via rede de fibra óptica, a todas as organizações militares (OM) do Complexo Militar do Curado (CMC), possibilitando um acesso de alta qualidade à internet e aos sistemas apoiados na rede. Além disso, o Ministério da Defesa desdobrou uma Estação Tática Terrestre (ETT) na 7ª Companhia de Comunicações,

reforçando o acesso ao SISCOMIS.

Em acordo com a Secretaria de Defesa Social do Estado de Pernambuco, foi acertado que o CCDA poderia visualizar as imagens das câmeras de monitoramento das ruas do Recife. Para tanto, foi estabelecido um *link* rádio micro-ondas da SDS para o 5º CTA, e daí, por fibra óptica, até o CCDA.

Além das imagens das câmeras da SDS, foi estabelecida conexão via *web*, com *login* autorizado, para obtenção das imagens das câmeras da Companhia de Trânsito e Transporte Urbanos (CTTU). Dessa forma, o CCDA teve acesso às mesmas imagens transmitidas no CICCR.

Na área de telefonia fixa, foram utilizados os telefones com acesso à Rede Integrada de Telecomunicações do Exército (RITEx). Através da ROD, a Força Aérea estabeleceu um ramal da Rede Telefônica de Comando da Aeronáutica (RTCAer) para o Centro Conjunto de Operações Aéreas (CCOA) e, com os telefones VOIP SISCOMIS, foi possível que todos os militares realizassem chamadas para os ramais RITEx.

Houve também a grande utilização de telefones celulares funcionais, principalmente entre os O Lig no CICCR com o CCDA. Esta foi detectada como uma grande oportunidade de melhoria, pois, apesar de ser um meio que proporcionou alta qualidade nas ligações, era um meio não militar e passível de ser interceptado por elementos estranhos à operação.

O correio eletrônico de *e-mail* conhecido como Zimbra foi o meio utilizado para o trâmite de mensagens oficiais. O servidor ficou instalado fisicamente no Ministério da Defesa, e o seu acesso foi realizado através

da ROD. Como segurança, o *e-mail* foi configurado para se comunicar apenas com o público interno (usuários da ROD). Os O Lig no CICCRR possuíam acesso a esse endereço eletrônico, possibilitando a transmissão de mensagens, documentos, imagens etc.

O Pacificador, desenvolvido pelo Centro de Desenvolvimento de Sistemas do Exército (CDS), foi um dos principais sistemas utilizado para acompanhar o movimento dos agentes e dos postos rádio (SRDT) dotados de GPS. O sistema permitiu uma consciência situacional atualizada, por meio da inserção das ações em tempo real por todos integrantes das células do CCDA. Os O Lig no CICCRR também tinham acesso ao Pacificador e, dessa forma, também alimentavam o sistema com informações obtidas no centro, maximizando a consciência situacional do CDA, tanto na área de defesa como na área de segurança, tudo em tempo real.

A manutenção da consciência situacional proporcionada pela integração do Sistema “Pacificador”, do Sistema “Olho da Águia” da Aviação do Exército, das imagens das câmeras da Secretaria de Defesa Social, do Sistema Rádio Digital Troncalizado, dos demais meios empregados e dos O Lig nos demais centros, passando em tempo real o posicionamento em tela e as imagens dos deslocamentos e atividades de todos os envolvidos na atividade, pode ser considerada como um dos pontos fortes de toda a operação.

3.1.2.2 Sistema Nacional de Comunicações Críticas (SISNACC)

Segundo o general Ratton, vice-chefe do Departamento de Ciência e Tecnologia

do Exército (DCT), uma boa solução para a coordenação integrada entre os CCDA e CICCRR, e maior entrosamento entre a Força Terrestre e as demais agências/órgãos/instituições em ambiente interagências, seria o Sistema Nacional de Comunicações Críticas, sistema em estudo, que busca a interoperabilidade entre os sistemas de comando e controle de todas as agências/órgãos/instituições envolvidas, utilizando-se de equipamentos similares. Esse sistema permitiria que todas as agências/órgãos/instituições trabalhassem nas mesmas faixas de frequência bem como pudessem interagir no momento em que missões estivessem sendo executadas em ambiente interagências.

O projeto do Sistema Nacional de Comunicações Críticas foi apresentado na Feira Internacional de Segurança e Defesa (LAAD), que ocorreu no Riocentro, na cidade do Rio de Janeiro-RJ, no ano de 2015.

O SISNACC consiste na expansão e compartilhamento por diversas entidades governamentais do Sistema de Radiocomunicação Digital Troncalizado (SRDT) do Exército Brasileiro — utilizado com sucesso durante a Copa do Mundo 2014 — e do Sistema de Monitoramento de Fronteiras (SISFRON). Atualmente, 20 cidades brasileiras são cobertas pelo SRDT.

Além do compartilhamento do SRDT, o SISNACC também prevê o compartilhamento da faixa de 700MHz do 4G/LTE concedida à Defesa, Segurança Pública e infraestrutura. Devido à capilaridade do SRDT e do SISFRON, muitos órgãos federais e estaduais têm demonstrado interesse em estabelecer parcerias para que seja possível o compartilhamento dos mesmos.

Conforme explicitado na página do SISNACC, verifica-se uma grande possibilidade do sistema:

O Sistema Nacional de Comunicações Críticas – SISNACC, classificado como um sistema de missão crítica, contemplará uma rede de radiocomunicações para proteção pública e suporte a desastres e permitirá interligar diversas agências governamentais, entre as quais as Forças Armadas, a Força Nacional de Segurança Pública, ABIN, Receita Federal, aumentando a eficiência dos serviços prestados à sociedade (SISNACC, 2015).

O Sistema ainda está em fase de discussão entre os diversos órgãos, em especial os de nível federal, e acredita-se que, após os ajustes solicitados por cada entidade, poderá trazer um grande ganho nas diversas operações interagências a serem conduzidas no país.

3.2 Conclusão final

A integração entre o Centro de Coordenação de Defesa de Área (CCDA) e o Centro Integrado de Comando e Controle Regional (CICCCR) na cidade do Recife-PE, nas ações desenvolvidas durante a Copa do Mundo FIFA 2014, foi coroada de grande êxito,

demonstrando diversos pontos fortes em sua execução e possibilitando levantar algumas oportunidades de melhoria ao longo do processo, ambas explanadas nos capítulos acima.

Um fator que, com certeza, possibilitou essa grande integração foi a constituição e condução dos trabalhos no mais alto escalão envolvido, desde o nível nacional, com a integração da SESGE, do MD e diversos outros entes de nível federal e, no nível regional, com a constituição do Centro Integrado de Comando e Controle Regional (CESIR).

O CESIR era composto pelo secretário de Defesa Social (SDS), senhor Alessandro Carvalho, pelo general de divisão João Carlos de Jesus Correia, coordenador de Defesa de Área (CDA) e pelo superintendente da Polícia Federal de Pernambuco, Marcello Cordeiro, coordenador do CICCCR.

A constituição do CESIR, bem como a integração entre os seus membros, teve como *modus operandi* a realização de reuniões periódicas, em especial no dia de cada jogo na cidade, otimizando o processo de tomada de decisão e proporcionando uma excelente consciência situacional, proporcionada pela integração dos centros e dos diversos sistemas empregados nos mesmos, que culminou no sucesso da operação executada no Recife. 🌐



Figura 3 – Estrutura do CESIR

Fonte: palestra do Gen De Nardi, chefe do Estado-Maior Conjunto na ECEME (2014)

Referências

BRASIL. Ministério da Defesa. Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas. **MD33- M-12, Operações Interagências**, 1. ed. Brasília, 2012.

_____. Senado Federal. **CF/1988, Constituição da República Federativa do Brasil**. 43ª Ed. Brasília, 2015.

_____. Ministério da Defesa. Exército Brasileiro. Estado-Maior do Exército. **EB20-MC-10.201, Operações em Ambiente Interagências**, 1ª Ed. Brasília, 2013.

_____. Secretaria Extraordinária de Segurança para Grandes Eventos. **Planejamento Estratégico de Segurança para a Copa do Mundo FIFA 2014**, 1ª Ed. Brasília, 2012.

FOLHA DE PERNAMBUCO. 26 de maio de 2014. **Centro de monitoramento especial para a Copa contará com mais de mil câmeras**. Disponível em: <<http://www.folhape.com.br/cms/open-cms/fohape/pt/cotidiano/noticias/arqs/2014/05/0452.html>>. Acesso em: 6 set. 15.

DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 27 de maio de 2014. **Operação integrada visa garantir segurança para a Copa** -<http://blogs.diariodepernambuco.com.br/segurancapublica/?tag=copa>. Acesso em: 6 set. 15.

DEFESANET, **SISNACC integrará sistema de comunicações críticas**. Disponível em: <<http://www.defesanet.com.br/laad2015/noticia/18790/SISNACC-integrara-sistema-de-comunicacoes-criticas/>>. Acesso em: 22 set. 15.

SISNACC. Exército Brasileiro. Disponível em: <<http://www.sisnacc.eb.mil.br/sobre-o-sisnacc/>>. Acesso em: 1º nov. 16.

JESUS CORRÊA, João Carlos de. **Análise Pós-ação da Copa do Mundo 2014 em Recife/PE**. Brasília: Coordenador de Defesa de Área – Recife/PE, 2014. 27 slides, color. Ministério da Defesa.

DE NARDI, José Carlos. **A Segurança na Copa do Mundo FIFA BRASIL 2014**. Brasília: Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas, 2014. 41 slides, color. Ministério da Defesa.

N. da R.: A adequação do texto e das referências às prescrições da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) é de exclusiva responsabilidade dos articulistas.